



REDACÇÃO PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
EDITOR — **JOAQUIM CARDOSO**

Recensão, administração e tipografia, Calçada do Cambro, 38-A,
Lisboa — PORTUGAL
Endereço telegráfico: Talha-Lisboa — Telefone 5339 C.
Officinas de impressão — Rua da Atalaia, 114 e 116

A BAZA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Situação que se embrulha

Não sabemos até que ponto está impregnada de verdade a notícia que ontem publicamos os jornais, anunciando que vão ser restabelecidas as tabelas de preços máximos relativos aos géneros de primeira necessidade. Atravemos contudo a afirmar que, se essa notícia não é absolutamente certa, pouco lhe faltará para o ser.

O governo acabou há pouco tempo ainda, com as tabelas. Verdade seja que essas tabelas eram completamente inúteis, pois haviam desaparecido do mercado, dum modo radical, os produtos a que elas se aplicavam. A lei marcava um determinado preço para o açúcar, um preço para a manteiga, um preço para o azeite. Mas em parte alguma, em nenhum estabelecimento, era possível encontrar tais géneros. E' claro que os comerciantes negavam a venda existências consideráveis desses géneros, esperando oportunidade favorável para vendê-los por preços superiores aos da tabela, preços compatíveis com a sua ganância insensível. O governo teve bem a consciência da situação, porque doutra maneira se não compreende a supressão das tabelas. O governo suprimiu as tabelas porque viu que só desta maneira conseguiria fazer aparecer em venda os produtos escassos — e, neste caso, mostrou ter conhecimento da situação e assombroamento.

Foi pois restabelecido o regime do comércio livre, e logo saíram do armazém secretos, para serem vistos e vendidos nas montanhas mercaderias, muitos daqueles géneros com os quais, ainda na época, era impossível topar. Um suspiro de alívio da parte dos consumidores, que já há tempo não tinham azeite para temperar o seu bacalhau, nem açúcar para adoçar o seu café. Breve, porém, esse suspiro de alívio se transformou num soluço de desespero.

Os géneros apareceram — mas por que preço, santo Deus? O azeite, houve quem já pedisse por ele sete mil réis o litro. O açúcar alguns o compraram a três mil e quinhentos. Esses preços apresentavam-se ainda com carácter instável, com tendências para próximas subidas. Vai daí, aparece nos jornais uma notícia a indicar o restabelecimento das tabelas. Não teve ainda semelhante notícia confirmação oficial, mas tudo nos faz acreditar que ela corresponde à verdade. Pois bem, as tabelas restabelecem-se não para pôr um fim à ganância do comércio, segundo a frase consagrada. Simplesmente, essas novas tabelas, se forem feitas, consignarão preços muitíssimo superiores aos das tabelas há pouco suprimidas.

Desta maneira, o governo do sr. Granjo colabora conscientemente na elevação do custo da vida. Porque a sua tática não é outra virtude além da de favorecer os especuladores. Quem usava barba, teve neste interregno do comércio livre o ótimo caso para despachar os seus bigodes, entregando-os, por preços

leoninos, a uma população que decerto os compraria, porque do tudo estava faminta. Depois disto, o governo restabelece as tabelas...

Não quiz o governo aumentar, dum dia para o outro, o preço dos géneros, porque isso mostraria, uma vez mais, a ineficácia da sua acção, a sua suprema incompetência, ou a sua manifesta maldade. E o sr. Granjo anuncia-se como um salvador. Ele é que viria endireitar isto. Tinha uns planos, umas medidas... De modo que perder-se assim, com um aumento súbito nas tabelas, não convinha. Arranjou-se, portanto, uma transição. Foi o estabelecimento temporário do comércio livre. As tabelas restabelecem-se agora, mas correctas e aumentadas. Nesta questão das subsistências, a acção do sr. Granjo é esta: deixar correr o marfim, deixar que isto vá indo de mal a pior, consoante quizerem os que disto tiram ainda proveitos. Deixar porque não pode impedir? Porque não sabe? Porque não quer?

Seja como for, o certo é que as classes operárias tem novamente a existência impossibilitada, por mór desta súbita alta. O que acontecerá? Acontecerá que as classes operárias, agulhadas pela fome, se lançarão em breve em novos movimentos de reivindicação económica. O serralleiro, o tipógrafo, o pedreiro, o alfaiate, tem de ganhar mais dinheiro, porque a vida lhes custa hoje mais do dobro que há seis meses.

Não tem os operários outra defesa prática além desta, e não usar dela seria suicidar-se voluntariamente à fome ou à morte. E' certo também que os proveitos da greve são efêmeros, e fugazmente se esvaem. Mas não se pode fazer outra coisa, por enquanto — embora já na alma de cada trabalhador se estejam radicando anseios mais altos...

Ainda uma vez se prova que não são as reclamações operárias as determinantes da carestia da vida mas sim uma directa e imediata consequência dela. O governo e a imprensa é possível que amanhã afirmem o contrario. Nós é que queremos perguntar daqui ao sr. Granjo como podem manter-se com as mesmas receitas aqueles consumidores cujos gastos tam importante aumento sofreram. E perguntaremos para finalizar porque razões se conserva apegado ao poder um governo que não tem dado de si senão provas deploráveis.

EM SEVILHA

Estão em greve os coqueiros
SEVILHA, 14. — Continua a greve dos coqueiros, achando-se muitos cadáveres sepultados. — (Rádio).

Greve dos jornais

Agrava-se o conflito operário em várias cidades
MADRID, 14. — Na Corunha, Zaragoza e Valencia, recendeu-se o conflito operário, incluindo os tipógrafos. Não se publicam os jornais. — (Rádio).

Uma ideia do sr. Granjo

Quando o sr. Granjo subiu às sagradas alturas do poder, alguns jornais — a grande imprensa — inseriram extensos artigos sobre os seus dotes de inteligência, considerando-o, como é costume em identicas circunstâncias, infinitamente sábio.

Ninguém acredita no que os jornais dizem sobre as boas qualidades dos presidentes de conselho, no momento em que estes tomam as rédeas da governação. Mas, talvez como nota da sua inteligência superior, o sr. Granjo foi o único a acreditar piamente no que os jornais disseram a seu respeito.

Conhecedor, porém, da descrença do povo, quiz a viva prova com factos visíveis, sensíveis e palpáveis quanto podia o seu espírito liberal, quanto pesava o seu génio governativo. Havia de transformar Portugal num autêntico paraíso, onde a felicidade andasse aos pontapés, aos montões, como o esterco agora anda pelas ruas.

Um pouco apressivo, tendo ainda nos ouvidos o ruído confuso das aclamações da Câmara, dos discursos e dos brindes, subiu sua excelência, na noite desse dia esplêndido, cabalístico e de má catadura, ao seu quarto de donzel para repousar.

Uma grande ruga lhe sulcava a fronte e as sobrancelhas encrespadas sombriamente lhe olhavam feroz. Granjo andava à cata duma ideia. Sim, era necessária, ele, Granjo, atarracado, membrado, granjoso, encontrasse uma ideia que espantasse, uma medida genial que assombrasse as multidões. Era preciso que a sua voz chegasse ao céu, para arrelhar os que sustentavam tese contrária.

Que fazer pois? Equilibrar o orçamento, procedendo ao corte imediato de despesas? Ora, ora. Era o que faltava, um espírito elevado, como o sr. Granjo, que até concebe «grandes aventuras», precupar-se com mesquinhas questões de dinheiro.

O primeiro ministro envergava já a camisa de dormir e ainda não lhe surgira uma grande ideia.

— Endireitar as subsistências? perguntava-se. Não. O espírito largo, sonhador, do sr. Granjo, não podia domar-se às contos do bacalhau nem às medidas do azeite.

Enfiava já o grande homem de Estado uma das pernas entre lençóis e o raio da ideia não vinha. Tocou-se com o barrete de dormir, recolheu sobre o colchão os restantes membros. E a ideia? A ideia não vinha. Adormeceu. Teve pesadelos medonhos, onde o espectro da grande ideia lhe aparecia, sob a forma de monstros infernais, a maldita.

Entretanto o país debatia-se na mais crueza miséria. As classes trabalhadoras não tinham mais que as suas resumidas necessidades. A lavoura não produzia, o comércio roubava e a guarda republicana gastando ao Estado os últimos vinténs.

Durante dias e dias Granjo andou apressivo. Discursou em Vila Franca e prometeu tudo à agricultura, discursou em Trás-os-Montes para adormecer os contrários. Mas Granjo não se sentia satisfeito.

Um dia, quando jantava o seu habitual jantar na Garrett, notou que o pão único tinha mau sabor e aspecto desagradável. Decretou os dois tipos, com o que a Moagem ficou extremamente alegre.

Veio-lhe então a mania dos decretos para entreter a neuraenia que a falta da grande ideia lhe causava. Concebeu o decreto de 23 de Setembro contra os marítimos e arranjou uma campanha que abalou o país decretou a militarização dos ferroviários e originou uma greve geral.

O grande homem que os jornais tanto elogiavam estava comprometendo seriamente os elogios, com as suas asneiras seguidas, inintermitentes. O sr. Granjo, mesmo por um instinto comum em todos os animais, sentia que errava. Mas que queríamos nós? A ideia não vinha...

Certa manhã sua excelência, ao acordar, soltou um grito de alegria, um berro formidável que atemorizou o bairro.

Houve quem julgasse tratar-se de um parto complicado e que a parturiente, e não o sr. Granjo, tivesse bradado uma praga tremenda, ao dar à luz uma gorda criança. Era um parto efectivamente, e a parturiente era o primeiro ministro português: o dr. sr. Antonio Granjo acabava de ter uma ideia.

Reinou grande alegria entre as forças-vivas e a comadre foi a imprensa, a grande imprensa da capital.

Andava já o povo curioso por conhecer a ideia do sr. Granjo. Foi o *O Seculo* que primeiro a revelou: a C. G. T. recebe ordens da Internacional de Moscova para promover um mês de agitação em todo o país. Era isto a ideia e nada mais.

Abençoada inteligência, a do sr. Granjo!

Confederação Geral do Trabalho

Conselho Confederal

Sob a presidência do delegado da U. S. O. de Évora, reuniu o conselho confederal. No expediente foi lida uma comunicação da U. S. O. de Évora relativa a trabalhos de organização.

Antes da ordem dos trabalhos, o delegado da U. S. O. de Coimbra comunicou ao Conselho que aquele organismo está presentemente impossibilitado de enviar representantes aos organismos seus aderentes, por determinação da autoridade local, acto que não se justifica e que é arbitrário.

O delegado da Associação dos Vidreiros da Amora deseja saber qual é presentemente a sua situação na C. G. T. depois que no Seixal foi organizada a U. S. O. dentro da qual está a associação que representa, deliberando o Conselho que o referido delegado continue enquanto não for regularizada a situação da União do Seixal.

O delegado dos metalúrgicos interveio ao Conselho sobre qual a foma como deve ser pago o tempo gasto na prisão por qualquer delegado quando este seja preso por motivo ou em serviço da Confederação, visto dos estatutos nada constar sobre o assunto.

Depois de vários delegados se referirem ligeiramente ao assunto, foi pelo delegado da Amora, apresentada a seguinte proposta: «Quando qualquer camarada em missão da C. G. T. seja preso, deverá este organismo pagar-lhe o salário que este recebia à data da sua prisão, salvo quando seja sócio de alguma Caixa de Solidariedade, e, neste caso, deverá a C. G. T. pagar somente o restante que prefira o seu salário.»

Como se estivesse prestes a entrar na ordem dos trabalhos, foi resolvido que aquela proposta fosse sujeita a mais larga discussão e estudo duma próxima reunião do conselho.

O delegado dos armadores da marinha da conta da sua missão ao Algarve, foi tomado em consideração.

Entrando-se na ordem dos trabalhos é lido pelo secretário geral o relatório da sua acção organizadora e de propaganda no norte.

Depois de vários delegados se referirem a alguns dos seus pontos, entra em discussão a parte que transcrevemos relativa ao falecimento de

Neno Vasco

Um acontecimento doloroso me apalhou de surpresa, quando me dispunha a partir para Vizeu, onde tencionava estar antes de ir à Sarnada, à reunião dos ferroviários do Vale do Vouga: a morte do nosso camarada dr. Gregório Nazianzeno de Vasconcelos (Neno Vasco).

Confesso que não tive mais vontade de prosseguir viagem sem assistir ao seu enterroamento. Neno Vasco, além de camarada, era um amigo sincero e dedicado. A sua morte abalou-me profundamente. Foi uma grande perda, por enquanto irremediável, para as ideias de emancipação e para a causa operária.

Sendo um intelectual, já mais se distanciava das profundas aspirações dos trabalhadores. Toda a sua grandiosa e esplêndida obra de revolucionário gira à volta da causa dos trabalhadores.

Todos os seus vastos conhecimentos os dedicou à propaganda. E era tal a sua vontade em ser útil à causa dos trabalhadores que punha o seu maior cuidado em ser por tal forma claro e simples na exposição das ideias e dos factos, sem deixar de ser profundo nos seus conceitos, que todo o operário, ainda o mais rude, o compreendesse.

En, que convivi intimamente com Neno Vasco, pude observar a sinceridade e boa vontade com que olhava para a organização sindical e para a propaganda. Nem uma, nem outra para ele tinham segredos. Tratava-se como se não fosse apenas um militante de gabinete, mas simultaneamente intelectual e experiente nas lutas.

Toda a sua sinceridade, todos os fecundos recursos da sua inteligência os dedicou, com sacrifício, à obra de emancipação dos trabalhadores. E ele mesmo, que como tantos outros, na sua qualidade de advogado, poderia pôr a sua inteligência ao serviço da burguesia, não só o não fez, como preferiu ser um assalariado, um modesto empregado de escritório.

Tam modesto era, que, por vezes, parecia um tímido, especialmente quando procurava colação.

Não possuía a coragem dos audaciosos e muitas vezes não fazia valer o seu trabalho inteligente, que a burguesia explorava a seu belo prazer.

Repugnava-lhe tanto as situações de favor como as de privilégio pessoal. E com isso sofreu. Com isso fez sofrer os seus. E esse sofrimento levou-o à sepultura aos 41 anos.

Tem muita obra dispersa, de todos mais ou menos conhecida. Mas independentemente dessa obra, que conviria ser reúnida em volumes, há outra, mais apagada, mas igualmente útil: os seus conselhos, as suas opiniões, sobre os mais importantes assuntos da organização e da propaganda sindical.

Era um dedicado militante e um excelente amigo. Foi, pois, velar o seu cadáver, com outros camaradas e os seus orfãos, acompanhando-o depois à sepultura, ao pequeno cemitério de S. Romão de Coronado.

Poções, na morte, o acompanharam. Representei eu, no seu funeral, a C. G. T. e o nosso órgão *A Batalha*, da qual era o melhor dos seus colaboradores. Em nome da Confederação tomei conta da chave do seu caixão que me acompanhou para este organismo.

Relatando-vos este facto, eu quero aqui, uma vez mais, prestar a minha sentidíssima homenagem ao querido morto, certo de que o Conselho Confederal me acompanhará.

Neno Vasco deixou valiosíssimos trabalhos dispersos. Reunidos em pequenas brochuras poderiam projectar muita luz. Também se pode criar receita. E ele deixou quasi ao abandono três orfãos.

Se me é dado neste lugar fazer propostas, eu lembrava que pela secção de livros do nosso órgão *A Batalha* se procedesse à compilação desses trabalhos, que pela mesma secção fossem editados, revertendo 50 0/0 dos lucros líquidos para a já referida secção e 50 0/0 para auxílio dos orfãos de Neno Vasco.

No Porto, tendo-se em consideração que o enterro de Neno Vasco foi pobremente acompanhado — quasi só compareceram os que o levaram à sepultura — dando a impressão ao povo da localidade que o morto não havia sido de valor, e atendendo a que era necessário que publicamente fosse testemunhada o apreço em que a classe operária tinha Neno Vasco, lembrei-me de lhe promover uma romagem à sepultura, que fosse ao mesmo tempo de propaganda.

Pretendemos que o maior número de organismos operários se faça representar e aventuramos a ideia de que fosse a C. G. T. que fizesse o convite, por ser o mais alto organismo do país.

Aqui fica consignada a ideia. O Conselho Confederal deliberará sobre essa demonstração e homenagem.

E essa romagem está indicada para o dia 17 de Outubro, 32 dias depois da sua morte.

Alguns delegados manifestaram sentidamente o seu desgosto pela perda daquele elemento de especial valor, declarando nada lhes repugnar que fosse a C. G. T. a promotora da manifestação à memória de Neno Vasco; outros, porém, entenderam que a promoção de manifestações daquela natureza não estavam a caracter da C. G. T., preferível sendo que, extra-oficialmente, um grupo de camaradas se encarregasse dessa iniciativa, fazendo-se a C. G. T. representar, sendo nesse sentido aprovada a seguinte proposta do delegado da U. S. O. de Gaia:

«Proporho que a Confederação envie um delegado à projectada manifestação a Neno Vasco, em S. Romão, e, não sendo da sua competência promover essa manifestação, influa particularmente para que a mesma se realize.»

Foi igualmente aprovado que *A Batalha* editasse a sua obra conforme consta do relatório.

Ainda alguns delegados se referiram à morte do camarada João Barbosa, dos caixeiros, falecido há dias, que, com os recursos de que dispunha, igualmente, na extinta U. O. N., trabalhou dedicadamente, possível sendo que a doença que o vitimou fosse adquirida no exercício de espinhosas missões de que foi encarregado pela organização sindical.

Como não ficasse concluída a discussão do relatório do secretário geral, reúne hoje, de novo, o conselho confederal com a mesma ordem de trabalhos.

Ainda a greve marítima

Ainda há bem poucos dias se solucionou o conflito com as classes marítimas, e já se procura novo conflito, pois outra coisa não é o que se passa com os empregados de câmaras do vapor S. Vicente.

Alguns desses empregados procuraram-nos, contando-nos que tendo-se apresentado ao pessoal na segunda-feira passada, anteontem o comissário de bordo comunicou-lhe que estava despedido desde o dia 25 do mês passado.

Ora, o mesmo comissário havia feito o pagamento das razões até ao dia 27; parece que nessa altura é que devia ter sido feita tal comunicação ao pessoal e não agora, pois isso não parece indicar senão que se trata duma represália por motivo da greve, em cuja solução figurou a condição de não serem exercidas represálias.

Tal ordem, parti, naturalmente, da direcção dos T. M. E., que pelos modos alega que o barco está em reparações, porém já há cinco meses que ele está em limpezas e agora, que deve seguir viagem no próximo mês, e quando mais necessário se torna o referido pessoal, é que o despedem, ficando, contudo, a bordo o restante pessoal, desde o qual o pessoal não convém até aos oficiais.

São quinze os empregados despedidos, entre eles duas criadas e o dispensado.

O pessoal ainda não recebeu o ordenado relativo ao mês de setembro, e como ajuda de custo despedem-no, condenando-o com suas famílias à fome.

Agora, diga o governo quem é que provoca a agitação e as greves.

Tratando do convite feito aos reformados da Armada para traír a greve marítima, recebemos a seguinte carta:

Camarada redactor. — Tomo a liberdade de lhe escrever, para comunicar aos camaradas leitores o seguinte caso: que se deu comigo, referente a fura-greves.

Como reformado da Armada, fui embarcado em dois navios do T. M. E. há aproximadamente 3 anos, e fui despedido, por ordem superior, por ser reformado da Armada.

Quando da greve de Janeiro do corrente ano chamavam os reformados e ofereceram-me lugar, recusando-me e com razão.

Pois que, já serviam os reformados? Entretanto, nesta última greve, fizeram novo chamamento de reformados e reserveiros, etc., etc.

Embora não embarque há dois anos, recusei novamente, argumentando com os mesmos motivos, alegando que quem não servia para uma coisa, também não servia para outra, e oxalá todos os reformados assim procedessem, porque não há lei alguma que os obrigue a trabalhar. — Um marinheiro da Marinha Mercante.

Licou Pedro Nunes. — As aulas neste liceu abrem no dia 15, às 9 horas e meia e a sessão solene efectua-se pelas 14 horas do dia 14, devendo os alunos da 1.ª classe comparecer com os seus encarregados, neste mesmo dia, às 12 horas.

AS GREVES

Mantêm-se o movimento dos ferroviários

O governo continua intransigente

Os ferroviários estão demonstrando uma solidariedade que só em operários conscientes se encontra. E' que eles, levados à luta não só por uma questão económica, mas também, e muito principalmente, por um caso moral, compreendem que pela unificação dos seus esforços poderão conseguir ver realizadas as suas aspirações justas.

O governo mantém-se na sua atitude, não atendendo os ferroviários, antes mais o pretende esmagar com os decretos que acaba de publicar, de nada valendo, porém, essas provocações, porquanto a justiça e a razão que assistem a aqueles camaradas já está por demais arregada na opinião pública estando eles dispostos a não retomar os serviços sem que o governo reconsidere os seus pontos.

Assim, com os mesquinhos caprichos dos governantes, vamos sofrendo a consequência dum conflito que se poderia e lutar-se mais competentemente houvesse na direcção dos negócios públicos.

Nota officiosa

Do Comité Central dos Ferroviários de Portugal

A efervescência entre a classe ferroviária aumentou consideravelmente nestas últimas vinte e quatro horas, como resultado das últimas medidas do governo e da sua injustificada intransigência.

No Entrocamento, realizou-se no dia 12 uma importante reunião de ferroviários, resolvendo-se a continuação do movimento.

O pessoal do movimento, que ainda se encontra ao serviço, achava-se na disposição de abandonar, depois do dia 15, colocando-se assim ao lado do restante pessoal em greve. Uma numerosa comissão de maquinistas da C. P. acompanhada por colegas seus do Sul e Sueste, dirigiu-se ao jornal *O Seculo*, declarando perentoriamente ser falsa a notícia da sua apresentação e acharem-se na disposição de continuarem em greve.

Sobre a circulação de comboios e normalização de serviços, os factos atestam eloquentemente a nenhuma verdade das afirmações produzidas na imprensa. Na linha da Beira Baixa só conseguiram efectuar um comboio na terça-feira, que chegou a Lisboa no dia 13.

Uma comissão de grevistas procurou novamente o governador civil solicitando a reabertura do Sindicato, obtendo uma resposta negativa.

Na assembleia realizada anteontem não se produziram ataques directos ao governador civil, como também é falso ter sido agredido um polícia.

No Sul e Sueste e Minho e Douro continua a greve, sendo a irregularidade dos serviços organizados pelas autoridades um facto.

O comandante do batalhão de sapadores de caminhos de ferro, actual director do Sul e Sueste, está procedendo para com os poucos empregados que se encontram ao serviço nas secretarias, duma maneira violenta e despótica, impondo seleções arbitrárias, que claramente demonstram as intenções que os animam para com os ferroviários, se comessem o tremendo erro de retomar os seus lugares sem que o decreto que o nomeou seja abolido, por insultuoso e vexatório para a classe ferroviária.

Ao mesmo sr. Raul Esteves são atribuídas as seguintes declarações feitas na direcção ao referir-se ao pessoal e à sua acção como director, que damos à publicidade para que o público aprecie o regime de violência e opressão a que querem submeter os ferroviários.

«Nesta conjuntura a minha maneira de ver tem que ser superior às intenções do sr. ministro do comércio. Eu quero que se faça o que determino. Se eles se não apresentarem ao chamamento feito nos jornais, irei abrir uma inscrição e com o batalhão de caminhos de ferro resolverei o assunto. Ou deixo de ser Raul Esteves, ou os ferroviários entram na ordem, pois estou disposto a permanecer à frente desta direcção durante um ano se tanto for necessário.»

O jornal da manhã *A Epoca* censura a publicação na íntegra das notas deste Comité, feita nalguns jornais, como *O Seculo*, *Diário de Notícias*, *A Manhã* e *A Pátria*, citando como exemplo outros jornais que não têm feito essa publicação, em consequência — muito lamenteiramente — do lapso que tem havido em lhes não terem sido enviadas as referidas notas.

Analizando três decretos

Dirigido ao público e aos ferroviários do Estado, publicou o Comité Central dos Ferroviários de Portugal o seguinte manifesto:

O movimento dos ferroviários do Sul e Sueste e Minho e Douro, tendo por essencial objectivo o consequimento duma melhoria da situação económica, foi provocado principalmente pela questão moral, suscitada pela ocupação militar e pela militarização dos serviços ferroviários, resultante da publicação do decreto de 25 de Setembro p. p., que nomeava director dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste o comandante do batalhão de sapadores de caminhos de ferro, sr. Raul Esteves, em substituição do antigo director civil, o sr. engenheiro José Abecassis Junior, a quem foi imposta a demissão do seu cargo.

Os director-militar foram conferidos poderes quasi despoticos, que os habilitam a exercer a mais despótica e violenta das disciplinas sobre o pessoal ferroviário, que assim ficaria subjugado a quantas imposições lhe fossem feitas.

A greve ferroviária, pois, tem a alimentação uma questão moral de transcendente importância para a situação económica e profissional de todos os ferroviários.

Só os chefes de serviço, os chefes de secção e os inspectores o não compreenderam assim, pois vendo o seu director violenta-

do, vexado por uma imposição militar, preferiram ficar nos seus lugares, curvando-se a todas exigências, a mais deprimentes, as mais vexatórias, e seguiram o exemplo do engenheiro-chefe do serviço de Via e Obras e coronel de cavalaria, o sr. Rodrigues Assencção que, numa manifestação de simpatia pelo pessoal, não mais uma vez o seu carácter, se recusou terminantemente a cumprir as imposições que lhe queriam fazer, para violentar o pessoal, abandonando o seu lugar para não obedecer ao despotismo que dessa hora em diante iria imperar nos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste.

A atitude dos chefes de serviço, dos chefes de secção e dos inspectores, não impediu os pessoas de defender a sua dignidade profissional, respondendo às violências do governo altivamente e mantendo-se em greve.

Decorridos 15 dias de greve surge o governo, que pergonosamente se tem curvado às exigências do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado com uma rigorosa e despótica remodelação disciplinar, acrescida duma supressão completa de direitos que o Parlamento e os governos da República tinham concedido aos ferroviários do Estado. Além do direito de petição é cortado, subordinando as necessidades e aspirações da classe ferroviária ao critério dum superior e despótico chefe de serviço do governo, do Conselho, dos comarques, dos lavradores, dos industriais e dos mercadores. Não bastando isso, a própria situação económica do pessoal é prejudicada por um complicado diploma que lhe consigna uma melhoria nos vencimentos que vai de 5 a 30 centavos, servindo essa melhoria para justificar a imposição de novas tarifas ferroviárias. E' pois a intenção que presidirá à elaboração das es diplomáticas que vamos denunciar ao público e aos ferroviários, demonstrando-lhes a situação de pessoal se os chefes.

O *Diário do Governo*, n.º 204 de 12 de Outubro corrente, publica os decretos n.ºs 7015, 7016 e 7017, relativos aos serviços ferroviários do Estado, cujo objectivo a que visam vamos aclarar:

DECRETO 7014

Aniquila a existência legal das Associações de Classe do Pessoal do Sul e Sueste e Minho e Douro, limitando o direito de petição do pessoal ferroviário, a uma Comissão de Classe, composta por cinco representantes de cada uma das classes, ficando anulada a acção dos representantes do comércio, da industria, da agricultura e dos municípios e espartes por quatro representantes do pessoal que ficam subordinados ao critério da maioria, composta por aquelas entidades.

Pois mesmo assim, não podem os ferroviários reclamar o que julgam da justiça, porque o artigo 1.º do referido decreto estabelece a subordinação das petições a proposta do Ministro, do Conselho de Administração ou da Direcção como se segue:

Art. 1.º — «Esta Comissão estará por incumbência do Ministro, do Conselho de Administração ou da Direcção, ou por proposta de três membros, os assuntos que digam respeito ao pessoal, ficando anulada a acção dos representantes do comércio, da industria, da agricultura e dos municípios e espartes por quatro representantes do pessoal, em relação ao público e às condições de vida do pessoal.»

DECRETO 7015

Agrava as disposições disciplinares, tornando-as insupportáveis para uma classe produtora, que aspira a uma emancipação moral e económica, e que quer manter o respeito pelos seus direitos.

O primeiro considerando diz assim: «... no intuito da manutenção rigorosa da disciplina, indispensável nos serviços ferroviários».

Consideram indisciplina a classe ferroviária, porque tendo procurado conseguir melhorias para o pessoal, não justificadas, a acção dos governantes e a sua inépcia, como ultimamente sucedeu na campanha a favor da exploração dos jazigos carboníferos existentes no país, que a atitude do governo actualmente, representa uma infracção.

Por este decreto são alterados alguns artigos do decreto n.º 10 de Maio de 1919, na sua parte disciplinar.

Artigo 55.º — que considera a premeditação, como circunstância agravante e é acrescentado o seguinte: «... em circunstâncias de prevenção de alteração de ordem pública ou mobilização militar.»

N.º 6 — A insubordinação com superiores quando praticada na presença de inferiores.

Artigo 51.º — é acrescentado — como causas de transferência — N.º 1.º — A suspensão superior a 15 dias.

Artigo 52.º — é acrescentado como causas de baixa de classe ou categoria:

N.º 2.º — A suspensão superior a trinta dias.

Artigo n.º 53.º — São acrescentadas como causas de demissão — tudo que se contém no n.º 6.º e mais — «... manifestação em circunstâncias de prevenção de alteração de ordem pública ou mobilização militar.»

